



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Barreiro,
realizada dez, onze e doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro

ATA Nº 07/2024

Ao décimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, nas instalações do Centro Sociocultural do Bairro da Liberdade, sitas na Rua da Azinhaga, N.º 16, 2830-530 Santo António da Charneca, teve início a **Sessão Ordinária** de dezembro.

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I**.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, e pelos Vereadores Duarte Machado, Tânia Martins, Rafael Plowden, António Sardinha, António Amaral, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro e Maria Arlete da Cruz.

(17:50 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, agradeceu ao Centro Sociocultural do Bairro da Liberdade, na pessoa do seu Presidente António Gonçalves, a disponibilidade de novamente acolher a Assembleia Municipal. Deu nota sobre a Casa da Cidadania e as novas instalações da Assembleia Municipal.

(22:16 do vídeo)

António Gonçalves, Presidente do Centro Sociocultural do Bairro da Liberdade, registou o seu agrado em receber a Assembleia Municipal do Barreiro, e manifestou disponibilidade para utilizações futuras.

(23:13 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, pediu ao Plenário para completar a constituição da Mesa com o Deputado Rui de Carvalho. Não houve objecção. Anunciou os pedidos de substituição e suspensão conforme quadro infra:

Pedidos de substituição Assembleia Municipal	
Carlos Raposo	Presidente da UFASSAV, substituído por Andreia Bóia
Isidro Heitor	substituído por Gonçalo Vilhena
Rui Faria	substituído por Maria do Céu Costa
Antínia de Moraes	substituída por Lara Santinho
Susana Ramalho	substituída por Susana Silva
Carlos Moreira	substituído por José Carlos Marques
Filomena Vitorino	substituída por José Martins
Pedidos de suspensão Assembleia Municipal	
Dulce Reis	substituída por Nuno Nogueira
David Rodrigues	substituído por Pedro Matos
Vítor Castro Nunes	substituído por Joana Medeira
Pedidos de suspensão Câmara Municipal	
Carlos Humberto	substituído por Rafael Plowden
Pedidos de substituição Câmara Municipal	
Rui Braga	substituído por Duarte Machado
Sara Ferreira	substituída por Tânia Martins
Rui Pereira	substituído por António Sardinha



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Propôs ao Plenário incluir na Ordem de Trabalhos o ponto 3.13, “**PROCEDIMENTO DE DECLARAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS E FRAÇÕES AUTÓNOMAS CONSIDERADOS DEVOLUTOS, NO ANO DE 2023/24 A COBRAR EM 2025, E PROJETO DE DECLARAÇÃO NO ANO DE 2024/25 A COBRAR EM 2026, PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, AO ABRIGO DO N.º 3 DO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (CIMI)**”. A documentação que já fora distribuída a todos, destinava-se a ser apreciada no terceiro dia da Sessão. Foi aceite. Fez o ponto de situação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Municipais do CH e do BE. Remeteu a votação da Ata de setembro para o dia seguinte.

Os trabalhos foram coadjuvados pela Deputada Filipa Pinto e pelo Deputado Rui de Carvalho, respetivamente como Primeira Secretária e Segundo Secretário. Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme lista de presenças inserta como **anexo II**.

(26:32 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, sinalizou que na documentação referente ao ponto 3.13, faltava a listagem dos devolutos, e a de identificação dos locais de consumo sem contrato de fornecimento de água ativo.

(27:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, explicou as condicionantes em termos de RGPD, em relação ao acesso às listagens dos contratos de fornecimento de água, e sugeriu a consulta às listagens, na qualidade de Eleito.

(29:09 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, concordou com a sugestão. Pediu que fosse mencionado o número global.

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Não houve intervenções por parte do público.

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;

(30:36 do vídeo)

O Deputado João Pintassilgo, fez a apresentação da Declaração “10 de dezembro, dia dos Direitos Humanos”, que consta na Ata como **anexo III**.

(32:43 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, enunciou os documentos do PAOD, insertos na Ata como **anexo IV**, e conforme quadro infra:

A	BE	VOTO DE PESAR - CAMILO MORTAGUA, UM LUTADOR CONTRA A DITADURA
B	BE	MOÇÃO - HA 50 ANOS, O PROCESSO SAAL FOI MUITO MAIS QUE HABITAÇÃO!
C	BE	SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES
D	PS	SAUDAÇÃO - CENTENÁRIO DE MARIO SOARES
E	PS	VOTO DE PESAR - MARCO PAULO
F	CDU	MOÇÃO PELO REGRESSO DA AMARSUL À ESFERA PÚBLICA
G	CDU	RECOMENDAÇÃO MAIS MOBILIDADE. QUEBRAR O ISOLAMENTO DO BARREIRO. AVANÇAR COM A PONTE ENTRE O BARREIRO E O SEIXAL, TRAZER O METRO SUL DO TEJO ATÉ AO BARREIRO
H	CDU	SAUDAÇÃO 29 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO
I	CDU	SAUDAÇÃO 18 DE DEZEMBRO - DIA INTERNACIONAL DOS MIGRANTES
J	PS	SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO)
L	PSD	49 ANOS APÓS O 25 DE NOVEMBRO DE 1975 E O SEU LEGADO DEMOCRÁTICO
M	6ª COMISSÃO	RECOMENDAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO

(34:00 do vídeo)

O Deputado Nuno Barata, apresentou o documento H – “SAUDAÇÃO 29 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO”, fazendo a sua leitura.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(36:48 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, na qualidade de Deputado, pronunciou-se sobre a temática do documento H, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, conforme consta no [anexo V](#).

(39:53 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, “Já quando aqui falamos da inflação veio com a conversa da Ucrânia, dando ideia de que nós temos duas perspetivas diferentes. Eu não confundo os conflitos! Num conflito há um estado contra outro estado, noutra conflito há um estado contra uma organização. De qualquer maneira, tanto num caso como noutra nós condenamos o que se está a passar, mas não ignoramos os motivos... se calhar isso é a única coisa que nos separa em relação ao conflito da Ucrânia. Falou do preto e branco, a Ucrânia é um exemplo claro de que as coisas não podem ser vistas a preto e branco e isto... quando já apresentamos uma moção aqui, curiosamente em Santo António noutra coletividade sobre a inflação, o Senhor Deputado Pinotes Batista veio dizer que afinal nos esquecemos da Ucrânia..., parece que estávamos a querer esconder... nada disso! O que eu quero dizer é que nós condenamos sem ignorar os motivos, disse naquele dia e agora repito”, disse, referindo-se à intervenção anterior. Apresentou o documento G – “RECOMENDAÇÃO MAIS MOBILIDADE. QUEBRAR O ISOLAMENTO DO BARREIRO. AVANÇAR COM A PONTE ENTRE O BARREIRO E O SEIXAL, TRAZER O METRO SUL DO TEJO ATÉ AO BARREIRO”.

(46:01 do vídeo)

O Deputado Nuno Barata, na qualidade de Coordenador da Terceira Comissão Permanente da Assembleia Municipal, que tutela o Desporto e Associativismo, fez a apresentação do trabalho efetuado pela Comissão, conforme consta no [anexo VI](#).

(49:16 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, deu os parabéns aos elementos da Terceira Comissão e em particular ao seu Coordenador, pelo bom trabalho efetuado e pela apresentação sucinta do mesmo. Estava cumprindo o que fora assumido aquando das tomadas de posse, ao expandir a superfície de contacto da Assembleia Municipal com o Movimento Associativo, Desportivo e Cultural.

(50:05 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, apresentou o documento L - “49 ANOS APÓS O 25 DE NOVEMBRO DE 1975 E O SEU LEGADO DEMOCRÁTICO”, procedendo à sua leitura.

(52:42 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, novamente na qualidade de Deputado interveio sobre o documento L, do Grupo Municipal do PSD, conforme consta no [anexo VII](#).

(58:40 do vídeo)

O Deputado André Brás dos Santos, comentou a intervenção do Deputado André Pinotes Batista e fez breve retrospectiva histórica dos acontecimentos ocorridos entre o 25 de Abril de 1974 e 2 de abril de 1976, Dia da Constituição da República Portuguesa. Efetuou a leitura do documento D - “SAUDAÇÃO - CENTENÁRIO DE MÁRIO SOARES”.

(01:08:38 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, pronunciou-se sobre algumas intervenções e sobre os seus temas, conforme consta no [anexo VIII](#).

(01:11:36 do vídeo)

O Deputado Gonçalo Vilhena, pronunciou-se também sobre a matéria das intervenções ocorridas, conforme consta no [anexo IX](#).



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(01:16:08 do vídeo)

O Deputado André Carmo, apresentou o documento I – “SAUDAÇÃO 18 DE DEZEMBRO - DIA INTERNACIONAL DOS MIGRANTES”, através da sua leitura.

(01:20:13 do vídeo)

A Deputada Marta Batista, na qualidade de Coordenadora da Comissão Permanente de Ambiente, Sustentabilidade, Mobilidade e Proteção Civil, fez o resumo da atividade desenvolvida pela Comissão, e apresentou o documento M - “RECOMENDAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO.”

(01:24:43 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, por ser a primeira vez que fora apresentado um documento no contexto do documento M, salvaguardou junto de todas as Comissões Permanentes que, a exemplo e de futuro, apenas seriam aceites os que tivessem aprovação unânime nas respetivas Comissões.

(01:26:00 do vídeo)

A Deputada Zélia Silva, apresentou o documento J - “SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO)”.

(01:32:04 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, para o Bloco de Esquerda, o que devia continuar a ser celebrado era o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, e continuar com a luta para que essa violência terminasse. Alertou para o possível despedimento de quatrocentos trabalhadores da empresa Vanpro, sediada no Polo Industrial da Autoeuropa. Pronunciou-se sobre o documento B - “HÁ 50 ANOS, O PROCESSO SAAL FOI MUITO MAIS QUE HABITAÇÃO!”, e sobre o D - “SAUDAÇÃO - CENTENÁRIO DE MÁRIO SOARES.”. Leu o documento A - VOTO DE PESAR – “CAMILO MORTÁGUA, UM LUTADOR CONTRA A DITADURA”.

(01:36:54 do vídeo)

A Deputada Susana Silva, fez a leitura do documento F - “MOÇÃO PELO REGRESSO DA AMARSUL À ESFERA PÚBLICA”.

(01:42:03 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, pronunciou-se sobre o conteúdo do documento apresentado pela Deputada Susana Silva e considerou que se estava a procurar uma fratura onde ela não existia. Fundamentou conforme **anexo X**.

(01:43:14 do vídeo)

A Deputada Susana Silva, “Senhor Presidente eu felicito-o pela sua posição. De facto, eu não estive na conferência de imprensa, e o que vi na imprensa, nas notícias que saíram, as autarquias do PS que fazem parte da Amarsul, foram efetivamente convidadas para participar nessa conferência de imprensa. Se o Senhor Presidente não foi..., mas é o que dizem as várias notícias. Portanto os senhores presidentes foram convidados para estar nessa conferência. Agora pergunto, se as autarquias do PS tinham feito essa tomada de posição, lançado o comunicado sobre o aumento de tarifas, porque é que a Câmara do Barreiro não subscreveu essa tomada de posição conjunta..., porque se o Senhor Presidente ouviu a minha intervenção, eu disse que apesar de o Senhor Presidente não ter podido estar na conferência de imprensa, a Câmara do Barreiro podia posteriormente ter subscrevido essa tomada de posição conjunta. Mas eu felicito-o pela sua posição, e ainda bem que assim é obrigada!”, disse.

Os trabalhos foram interrompidos para apreciação dos documentos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(01:56:27 do vídeo)

A Deputada Zélia Silva, em nome do Grupo Municipal do PS pediu que no sexto parágrafo do documento J – “SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO), fosse considerado que (violência sexual) é um crime semipúblico.

(01:57:28 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, em nome do Grupo Municipal do PSD sugeriu que no primeiro parágrafo do documento D – “SAUDAÇÃO - CENTENÁRIO DE MÁRIO SOARES”, onde se referia (por ter sido o principal agente político destes últimos cinquenta anos), fosse corrigido para (por ter sido um dos principais agentes políticos). Associou-se aos documentos C e J. Na parte deliberativa do documento L - “49 ANOS APÓS O 25 DE NOVEMBRO DE 1975 E O SEU LEGADO DEMOCRÁTICO”, apresentado pela sua Bancada, quis alterar para a “evocação dos cinquenta anos do 25 de Novembro de 1975”, onde estava “a criação de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal do Barreiro”.

(01:59:23 do vídeo)

O Deputado João Pintassilgo, em nome do Grupo Municipal do PS, pediu que o ponto 3 dos deliberativos do documento F - “MOÇÃO PELO REGRESSO DA AMARSUL À ESFERA PÚBLICA.”, fosse eliminado e justificou.

(02:34:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, colocou os documentos à votação:

A - VOTO DE PESAR - CAMILO MORTÁGUA, UM LUTADOR CONTRA A DITADURA

Aprovado por maioria, com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1) abstenção do PSD (2) e voto contra do CH (1) – Deliberação N.º 82-2024

B - MOÇÃO - HÁ 50 ANOS, O PROCESSO SAAL FOI MUITO MAIS QUE HABITAÇÃO!

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1) abstenção do PSD (2) e voto contra do CH (1) – Deliberação N.º 83-2024

C - SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7) do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 84-2024

D - SAUDAÇÃO - CENTENÁRIO DE MÁRIO SOARES (com alteração)

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (20), do PSD (2) e do BE (1), abstenção da CDU (7) e voto contra do CH (1) – Deliberação N.º 85-2024

E - VOTO DE PESAR - MARCO PAULO

Aprovado por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7) do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 86-2024

F - MOÇÃO PELO REGRESSO DA AMARSUL À ESFERA PÚBLICA (com alteração)

Aprovada por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1) e votos contra do PSD (2) e do CH (1) – Deliberação N.º 87-2024

G - RECOMENDAÇÃO MAIS MOBILIDADE. QUEBRAR O ISOLAMENTO DO BARREIRO. AVANÇAR COM A PONTE ENTRE O BARREIRO E O SEIXAL, TRAZER O METRO SUL DO TEJO ATÉ AO BARREIRO

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 88-2024

H - SAUDAÇÃO 29 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINIANO

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (19), da CDU (7) do PSD (2) e do BE (1), e votos contra do PS (1) e do CH (1) – Deliberação N.º 89-2024



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

I - SAUDAÇÃO 18 DE DEZEMBRO - DIA INTERNACIONAL DOS MIGRANTES

Aprovada por maioria, com votos a favor do PS (20), da CDU (7) do PSD (2) e do BE (1), e voto contra do CH (1) – Deliberação N.º 90-2024

J - SAUDAÇÃO - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (25 DE NOVEMBRO) (com alteração)

Aprovada por unanimidade, com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 91-2024

L - 49 ANOS APÓS O 25 DE NOVEMBRO DE 1975 E O SEU LEGADO DEMOCRÁTICO (com votação separada)

Considerandos:

Aprovados por maioria, com votos a favor do PS (18), do PSD (2) e do CH (1) e votos contra do PS (2), da CDU (7) e do BE (1)

Deliberativos:

Reprovados com votos a favor do PSD (2) e do CH (1) e votos contra do PS (20), da CDU (7) e do BE (1)

M - RECOMENDAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO

Ratificada com votos a favor do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) – Deliberação N.º 92-2024

Foi guardado um minuto de silêncio em memória de Camilo Mortágua e Marco Paulo.

(02:12:33 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, apresentou as declarações de voto do Grupo Municipal do CH aos documentos E, F, J e C, conforme **anexo XI**.

(02:15:37 do vídeo)

O Deputado Nuno Barata, efetuou a leitura da declaração de voto do Grupo Municipal da CDU, ao documento D e L conforme **anexo XII**.

(02:20:42 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, pediu que, aquando da fundamentação das declarações de voto, se evitasse citar diretamente as outras bancadas.

(02:22:00 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, apresentou as declarações de sentido de voto do Grupo do BE aos documentos L e D, conforme **anexo XIII**.

(02:24:02 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, informou que iria dar continuidade aos trabalhos, com os pontos 3.5, 3.6 e 3.11, referentes respetivamente à: “3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2024”, à “3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2024 – SMTCB”, e à “APROVAÇÃO DA 19.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO”.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 3.5 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2024;**
- 3.6 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2024 – SMTCB;**
- 3.11 APROVAÇÃO DA 19ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO;**



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(02:25:24 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou que se tratavam de pontos muito técnicos. No caso do ponto 3.5, por força da lei era preciso criar uma rubrica para incorporar a receita do PRR relativa às obras do Centro de Saúde da Quinta da Lomba. No ponto 3.6 tratava-se de rubrica para incorporar a receita referente a despesas de pessoal, relativas à implementação de um projeto dos TCB. No caso do ponto 3.11 tratava-se de fazer refletir os plurianuais da verba proveniente do financiamento do PRR, respeitante aos bairros digitais.

(02:27:16 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, fez reparo que no site da Câmara a verba do financiamento do PRR dos bairros digitais, não correspondia ao valor mencionado na proposta.

(02:28:10 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou que a discrepância tinha a ver o facto de serem valores plurianuais.

(02:28:37 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.5 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) - Deliberação N.º 93-2024

(02:28:43 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.6 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) - Deliberação N.º 94-2024

(02:28:50 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.11 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) - Deliberação N.º 95-2024

(02:29:00 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, questionou o Plenário sobre a eventual discussão do ponto **3.12 - CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE PARCELA À UFPC, PARA CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO**. Foi aceite.

3.12 CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE PARCELA À UFPC, PARA CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO;

(02:29:45 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, explicou que em conjunto com a Presidente de Junta se decidira apenas ceder o espaço necessário para construção do polidesportivo, ressaltando o restante território para a implementação de um estabelecimento de ensino ou equivalente.

(02:31:10 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.12 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) - Deliberação N.º 96-2024

(02:31:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, deu nota de um parecer do Tribunal Constitucional, que na sua versão inicial apontava no sentido de os presidentes de junta deixarem de poder votar um conjunto de coisas nas



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assembleias municipais, mas fora feita nova deliberação e mantinha-se como estava anteriormente. Em tom de graça referiu que os Serviços da Assembleia Municipal iriam lançar um concurso público internacional para aquisição de bolo rei e bolo rainha para o terceiro dia da Sessão, e convidou todos inclusive a Coletividade, a estarem presentes. Informou que não tinha sido possível organizar um jantar de convívio da Assembleia, convidou a que participassem nos eventos organizados pela Câmara Municipal. Remeteu a realização do jantar convívio para antes da entrada em processo autárquico.

(02:33.56 do vídeo)

Foi efetuada a leitura da Ata em Minuta, inserta na Ata como [anexo XIV](#).

Os trabalhos foram encerrados pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

Ao décimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, nas instalações do Centro Sociocultural do Bairro da Liberdade, sitas na Rua da Azinhaga, N.º 16, 2830-530 Santo António da Charneca, continuou a Sessão Ordinária de dezembro.

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, e pelos Vereadores Rui Braga, Sara Ferreira, Nuno Antunes, Rui Pereira, Rafael Plowden, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro e Maria Arlete da Cruz.

(13:25 do vídeo)

O Deputado Rui de Carvalho, deu início aos trabalhos informando que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, iria chegar um pouco mais tarde devido a outro compromisso, e nele delegara a Presidência da Mesa, até à sua chegada. Questionou se podia completar a Mesa onde já se encontrava a Deputada Filipa Pinto, chamando a Deputada Marta Batista para Segunda Secretária. Não houve objecção. Anunciou os pedidos de substituição e suspensão conforme quadro infra:

Pedidos de substituição Assembleia Municipal
Isidro Heitor substituído por Nuno Soares
Zélia Silva substituída por Gonçalo Vilhena
Pedro Almeida substituído por Maria do Céu Costa
Antínia de Moraes substituída por Elisabete Rocha
André Brás dos Santos substituído por Luís Canhoto
Joaquim Sousa Marques substituído por Armindo Pereira
Ana Teresa Xavier substituída por Marco Binhá
Susana Ramalho substituída por José Martins
Carlos Moreira substituído por Paulo Salústio
Filomena Vitorino substituída por Inês Bucho
Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Dulce Reis substituída por José Carlos Marques
David Rodrigues substituído por António Viegas
Vítor Castro Nunes substituído por Joana Medeira
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto substituído por Nuno Antunes
Pedidos de substituição Câmara Municipal
António Amaral substituído por Rafael Plowden



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme lista de presenças inserta como **anexo XV**.

3.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – anexo XVI.

(15:28 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, por se tratar da atividade de agosto/setembro, e algumas matérias já estarem fora do contexto, optou por se focar no desenvolvimento das obras do Centro de Saúde da Escavadeira, do Bairro Alves Redol e da Santinha. Referiu-se à situação da obra da Loja Cidadão, a abertura dos Serviços Camarários a ser instalados no espaço, previa-se que ocorresse em janeiro de dois mil e vinte e cinco. Anunciou que o Município conseguira mais uma verba para aquisição de quarenta novos autocarros dos TCB. Essa aquisição era mais um passo importante no percurso que os TCB vinham fazendo, iria possibilitar outro tipo de oferta de serviço e descreveu-o.

(23:50 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, questionou o que estava a ser feito em relação à substituição do herbicida Catamarã por outras substâncias, atendendo aos efeitos nefastos do glifosato nas pessoas, nos animais, e principalmente nas águas subterrâneas. Levantou a questão dos resíduos gerados na limpeza dos espaços verdes, e a articulação da Autarquia na recolha dos mesmos. Pediu esclarecimento sobre o conceito de Eco Retail.

(26:30 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, pediu ao Presidente da Câmara para esclarecer se fora ou não convidado para a Conferência de Imprensa sobre a questão da Amarsul. Em todas as notícias a ela referentes, se falava que os nove presidentes de câmara tinham sido convidados, e isso não fora desmentido. Para além disso, era público que dois presidentes socialistas tinham respondido não poderem estar presentes. Fez reparo de que na Informação Escrita, não encontrara nada relativamente ao arranque das obras da Depuradora de Bivalves em setembro, conforme fora anunciado em abril.

(28:37 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, em nome do Grupo Municipal do PSD agradeceu o resumo do ponto de situação das obras do PRR. Questionou se existiam dados atualizados em relação ao grau de concretização da receita de IMI, que em setembro era de cinquenta e três por cento. O seu Grupo Municipal fora alertado por uma munícipe, que na zona intervencionada da Rua Miguel Pais, nomeadamente nas passadeiras e paragens de autocarros, existiam alguns erros nas guias para cegos. Tinha imagens que documentavam o assunto, ficou de as de partilhar com o Executivo. Por último perguntou o que estava pensado fazer a curto prazo, para colmatar a situação caótica do estacionamento no Terminal dos Barcos.

(31:00 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, pediu melhor explicação sobre o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, e sobre o projeto piloto de trotinetes. Alertou para a confusão que vinha ocorrendo em Lisboa, com a proliferação de trotinetes nas ruas. Pediu informação, sobre as intervenções feitas pelas várias forças policiais, na base do Portugal Sempre Seguro, em Santo António, Cidade Sol e Quinta da Mina, que ao tomar conhecimento, o tinham remetido para a recente rusga no Largo Martim Moniz, em Lisboa. Pediu também



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fossem aprofundados os números relativos à questão do arrendamento apoiado. Perguntou quantos professores estavam em falta nas escolas, e em que disciplinas, bem como o número de alunos afetados por isso, no Concelho.

(36:12 do vídeo)

O Deputado João Pintassilgo, efetuou a intervenção transcrita no **anexo XVII**.

(41:49 do vídeo)

O Deputado André Carmo, interveio conforme consta no **anexo XVIII**.

(47:16 do vídeo)

A Presidente da União de Juntas de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Gabriela Soares, congratulou-se por estar finalmente em bom curso a construção do logradouro na Rua Grão Vasco no Lavradio, em estado de grande deterioração. Em nome da população do Lavradio agradeceu o projeto de arranjo da zona envolvente da Igreja do Lavradio. Agradeceu o empenho da Câmara no projeto do Parque Infantil que a Junta de Freguesia iria construir no ano seguinte junto à Piscina Municipal do Lavradio e perto da Escola N.º 2. Pronunciou-se sobre a questão do herbicida levantada pelo Deputado Nuno Chambel, referindo que a empresa a quem estava adjudicado o procedimento, fizera várias tentativas de substituição por outros produtos, todas elas falhadas. Observou que não vira o Deputado da CDU na Sessão de Esclarecimento que a Junta organizara sobre o projeto do Eco-Retail, que contara com a presença do Vereador Rui Braga e do Arquiteto responsável pelo projeto. Comentou as vantagens do projeto do Eco-Retail e referiu-se aos projetos da Piscina Municipal dos Fidalguinhos e do Centro de Saúde.

(54:00 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, “Senhor Deputado José Luís Ferreira não fui convidado... e dizer-lhe que, se fosse não tinha problema nenhum a ir, porque a posição de todos foi concertada. Foi isso que eu disse ontem aqui, assim por isso não valia a pena estar a frisar aquela questão..., aliás, eu soube por um jornalista que me perguntou se íamos estar presentes..., mas não tinha problema nenhum em estar porque a posição de todos foi concertada. O que estava a dizer ontem e volto a dizer à sua colega, é que temos muitas matérias para divergir, agora em matérias como esta e hoje vamos votar a CIM, que é uma matéria que nos une a todos e não vale a pena estar a fazer esta questão porque a posição foi comum a todos...”, iniciou. Respondeu ao Deputado Francisco Alves que o projeto que dizia respeito à mobilidade sustentável, era um projeto piloto, e explicou as fases que iria ter. “Por mais eloquentes que falam português que ninguém percebe, há uma coisa que todos percebemos, é que a Braamcamp que era uma coisa tão importante, a Braamcamp não... o Polis, que era uma coisa tão importante no que diz respeito à Cidade, aos espaços verdes..., por mais que se declamasse os diversos cantos dos Lusíadas, sobre que forma fosse, a incapacidade de o concretizar, isso é uma linguagem que qualquer barreirense percebe. E aí assim eu acho que não há dúvidas para ninguém que com reviegas ou sem reviegas, com o português dos Lusíadas ou com o português corrente aquilo que fala mais alto é a ação, no seu caso a inação genufletida ou não!”, concluiu.

(58:37 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, pronunciou-se sobre a intervenção feita pelo Deputado André Carmo, conforme consta no **anexo XIX**.

(01:12:05 do vídeo)

O Deputado André Carmo, respondeu ao Vice-Presidente Rui Braga conforme consta no **anexo XX**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(01:13:10 do vídeo)

Durante a intervenção do Deputado André Carmo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e as/os Senhoras e Senhores Vereadores do Partido Socialista, saíram em bloco da sala.

(01:17:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, "... o entendimento que eu faço sobre o ordenamento jurídico em vigor, é que não é obrigatório que o Executivo esteja aqui. Isso obviamente não o impediu de fazer a sua referência, é a sua interpretação, tem o direito de a fazer, e estando no ponto específico da Informação Escrita do Senhor Presidente, é evidente que os Senhores Deputados tiram as ilações políticas que entenderem, o Executivo também, a população também e, portanto, isso faz tudo parte da retórica política.", interveio.

(01:18:15 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, considerou que o que acontecera assumia alguma gravidade, pois sendo verdade que os Vereadores e o Presidente não tinham obrigação de estar presentes na sala, era a Informação Escrita do Senhor Presidente que estava a ser discutida. Deixou registado que, se eventualmente algum dia fosse dita alguma coisa que desagradasse à CDU, não estranhassem o seu abandono em bloco da sala, deixando o Presidente e Vice-Presidente a falarem sozinhos.

Durante a intervenção do Deputado José Luís Ferreira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e as/os Senhoras e Senhores Vereadores do Partido Socialista, regressaram à sala e retomaram os seus lugares.

(01:18:48 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, acrescentou que, na curta experiência de vinte anos de autarca, já vira a CDU e o PS abandonar a Assembleia Municipal, já vira uma altercação entre um Presidente de Câmara e um líder da Bancada do PS, portanto eram coisas normais. Registou que pelo menos oitenta por cento do Executivo estava presente.

(01:20:00 do vídeo)

O Deputado João Pintassilgo, pessoalmente defendia que abandonos de sala não eram forma de elevar o debate democrático, fosse quem fosse, e a agitação havida fora excessiva. Continuou a sua intervenção defendendo o novo projeto dos Fidalguinhos, conforme consta no **anexo XXI**.

(01:26:20 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, "...pois, uns falam de forma erudita, outros falam de forma popular, outros falam de cátedra e com autoridade como se fossem mestre de escola, temos tudo... diversidade nesta Assembleia!" comentou. Lembrou ao Presidente da Câmara que não tivera resposta à questão colocada sobre a Depuradora. Pediu ao Vice-Presidente Rui Braga, que se pronunciasse sobre a norma que referira na Reunião do dia dois de outubro, quando falava da obra da Rua Miguel Pais, norma essa que aconselhava a substituição da pedra da calçada por pedra de vidro, pois não a encontrara. Mais pediu que informasse em que dia de setembro se tinham dado por concluídas as obras do Moinho Grande, conforme anunciara.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(01:28:50 do vídeo)

O Deputado Marco Binhã, face à referência feita sobre um alegado crime ambiental aquando da construção da Urbanização dos Fidalguinhos, comentou que mesmo tendo sido cumprido a legislação, a Urbanização fora construída onde não era aconselhável, e os habitantes/proprietários encaravam o sério problema de infiltração de água nos poços, e gastavam largas somas para se defenderem da questão. Sugeriu que fossem pensadas formas de compensar os edifícios nessa situação, e se ponderasse se o problema não iria ser potenciado, com a construção de mais habitação. Pediu melhor informação sobre a unidade comercial, e em que base poderia ser chamada de Eco Retail.

(01:31:30 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, comentou que o ambiente estava efervescente com o projeto dos Fidalguinhos. O projeto viria à Assembleia para ser discutido preto no branco, mas ficava sempre preocupado quando o Vereador confundia promotor com benfeitor, e na sua opinião o chapéu ou as muletas para o negócio do Eco Retail eram os trezentos fogos de renda acessível. Perguntou se as novas construções não iriam agravar o problema das linhas de água sacrificadas naquele espaço.

(01:34:12 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, disse ao Deputado José Luís Ferreira que fora por esquecimento, que não respondera à questão da Depuradora de Bibalves. Expetava-se que entre setembro/dezembro os projetos de execução estivessem feitos, mas houvera demora por parte da APL. Por parte da Doca de Pesca que estava a liderar o processo, tivera conhecimento de que os projetos já estariam a ser feitos. Informou que o passeio da Quinta da Areia fora concluído. Esclareceu que o projeto dos Fidalguinhos por ser privado apenas tinha que estar de acordo com a lei, e enquadrado no PDM, pelo que não seria apresentado nem em Câmara nem em Assembleia Municipal. Considerou que as questões que o Deputado João Pintassilgo colocara sobre o crime ambiental da construção da Urbanização dos Fidalguinhos e sobre as bacias de retenção, eram pertinentes, e informou que o novo projeto entre outras medidas ambientais, previa a construção de bacias de retenção. Frisou que à Assembleia Municipal só viriam os projetos públicos promovidos pela Câmara Municipal.

(01:38:47 do vídeo)

O Vice-Presidente Rui Braga, acrescentou ao que o Presidente da Câmara dissera, que no caso do novo projeto dos Fidalguinhos, o Executivo acautelara o que interpretava como defesa do interesse público, e fundamentou. Respondeu ao Deputado José Luís Ferreira, que o Decreto-Lei que referira estabelecia o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Leu a passagem onde encontrara a recomendação sobre os passeios. Fora uma opção política do Executivo, que fundamentou. Explicou que o projeto do Eco Retail, de características ambientais únicas em Portugal, tinha uma certificação europeia para projetos sustentáveis, o que obrigava ao cumprimento de todas as regras urbanísticas, à autossustentabilidade e ao respeito das regras ambientais europeias e do País. Refutou a insinuação de confundir promotor com benfeitor e fundamentou. Referiu-se aos problemas de mobilidade nos Fidalguinhos e na Cidade em geral, às expetativas futuras, e às possibilidades de o projeto dos fidalguinhos ir no geral, a beneficiar a região. A obra do Moinho sofrera algumas vicissitudes, mas estava praticamente no fim. A Câmara Municipal do Barreiro estava a aplicar multas ao empreiteiro pelo incumprimento do prazo de entrega, expetando-se que a mesma viesse a ocorrer a vinte e três de dezembro. Do ponto de vista da obra e do software, previa-se a entrega da Loja do Cidadão para vinte



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de dezembro, no entanto a sua abertura poderia vir a ser impactada ou não, com as dificuldades elencadas pelo Presidente da Câmara.

(01:50:05 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, propôs continuar os trabalhos com o ponto 3.9, e dada a sua natureza, apreciar em bloco os pontos 3.2, 3.3 e 3.4 e 3.13.

3.9 CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL – CIM – E APROVAÇÃO DO ACORDO CONSTITUTIVO COM RESPECTIVO ANEXO, ESTATUTOS DA CIM;

(01:51:04 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, registou o seu orgulho em apresentar o ponto da CIM. Fruto de um grande trabalho de todos, a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal iria ser um dos melhores legados para as gerações futuras, pois nas próximas décadas iria possibilitar aos diversos atores da Península, atores políticos aos mais diversos níveis, academia, indústria, pequenas e médias empresas, comércio local, setor social e ONG, uma estratégia de desenvolvimento, tendo como fator determinante o acesso a Fundos Comunitários.

(01:56:16 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, concordou que era assunto merecedor do consenso de todos, mas a CDU tinha algumas dúvidas em relação à proposta que a Câmara Municipal trazia à discussão, pois ao contrário do que dizia a proposta e a Ordem de Trabalhos, o que se iria votar era o projeto de acordo constitutivo. Propôs que a Câmara retirasse a proposta, para se agendar posteriormente ao consenso de todos os executivos envolvidos. Se a Câmara insistisse na sua votação a CDU iria votar a favor, mas sugeria que na proposta se substituísse a expressão “acordo”, por “projeto de acordo constitutivo” e justificou. Acrescentou que, se a dúvida manifestada não tivesse fundamento retiraria tudo o que dissesse, caso contrário manteria a proposta de adiamento para depois do acordo com todos os envolvidos.

(02:01:50 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, entendera o que o Deputado dissesse, mas não fazia essa leitura. Descreveu de forma sumária o processo constitutivo e fundamentou a sua posição.

(02:10:08 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, disse que o documento seria colocado à votação, se o Executivo achasse que era suficiente. De futuro, justificando-se seriam tomadas as diligências necessárias.

(02:10:59 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, na qualidade de Deputado pronunciou-se sobre a matéria da proposta, conforme consta no **anexo XXII**.

(02:19:00 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, “este alerta que o Senhor Presidente da Assembleia aqui nos deixou configura de facto uma disputa política... não nos enganemos, não nos enganemos porque de facto é isso que está em cima da mesa com toda a clareza, é o meu entendimento é o meu entendimento..., porque distribuir louros e depois dar umas bicadas... isto é política, é assim que se faz e portanto, com toda a naturalidade sem



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problemas mas, não é só mandar e digamos boas palavras para cima... tudo bem.”, comentou. Quanto à chamada de responsabilidade, o Bloco sempre a mantivera e iria continuar a manter. Estava de acordo com o projeto que estava a ser apresentado, mas face às reservas trazidas pela Bancada da CDU, ficaria mais descansado se o Senhor Presidente da Câmara dissesse que houvera coordenação entre as câmaras, e que os documentos a serem apresentados às assembleias municipais iriam ser idênticos.

(02:22:22 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, perguntou quanto é que o projeto iria custar ao Barreiro.

(02:23:00 do vídeo)

O Deputado Marco Binhã, comentou que como era óbvio e evidente, o PSD congratulava-se com o que estava a ser apresentado, e que as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal não tinham sido justas, e não caracterizavam a determinação do PSD em relação às NUTS. A questão colocada pela Bancada da CDU era pertinente e devia ser esclarecida. O seu Grupo Municipal não queria deixar a perceção de se estar a pressionar os outros municípios a adotar um texto, só por ter sido o Barreiro a começar com a ideia.

(02:24:36 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, respondeu às questões colocadas conforme consta no **anexo XXIII**.

(02:31:47 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, frisou que a CDU queria fazer parte da solução e não do problema, e fundamentou conforme consta no **anexo XXIV**.

(02:10:59 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal respondeu que entendia o alerta do Deputado José Luis Ferreira, mas na sua opinião a solução que estava a ser apresentada era a menos má. Argumentou conforme consta no **anexo XXV**.

(02:37:11 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, frisou que o caminho tomado não era o mais rápido, mas sim aquele que ao momento, estava consensualizado entre todos. Acrescentou mais informação, conforme consta no **anexo XXVI**.

(02:47:47 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.9 foi:

Aprovado por unanimidade com votos do PS (19), da CDU (7), do PSD (2) e do BE (1), e voto contra do CH (1) - Deliberação N.º 97-2024

(02:48:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, questionou o Plenário sobre a disponibilidade de ser apreciado o ponto 3.10. Não houve objecção.

3.10 ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA;

(02:49:10 do vídeo)

O Vereador Rui Pereira, explicou que se tratava de uma atualização feita de acordo com a Lei, nela houvera o cuidado de verter toda a documentação, inclusive em regulamentos que no passado não existiam, e que ao momento eram obrigatórios, nomeadamente



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre a situação dos recursos humanos, e sobre várias proteções dos seus trabalhadores. A alteração fora votada por unanimidade, em Conselho de Administração e em Assembleia Geral da S. Energia.

(02:50:25 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, lembrou que no dia anterior apelara a que antes das eleições autárquicas houvesse um momento de convívio da Assembleia Municipal. Entretanto, fora sugerido pela Coordenadora da Comissão de Ambiente, e pela Câmara Municipal através do Vereador Rui Pereira, realizar uma iniciativa ligada à Mata da Machada, com todos os deputados municipais e suas famílias. Subscrevera a ideia, o tipo de iniciativa iria ser acordado entre a Comissão e o Vereador, e dela daria conhecimento oportunamente. Informou que no dia seguinte iniciar-se-iam os trabalhos, com a apresentação em bloco dos pontos 3.2, 3.3, 3.4 e 3.13, seguindo-se depois o Orçamento da Câmara e dos TCB.

(02:52:45 do vídeo)

O Deputado Marco Binhão, em nome do Grupo Municipal do PSD, apontou que o documento podia ser mais transparente, comparando entre o que vai e o que está. Deparam-se com o facto de o Conselho Fiscal deixar de redigir atas, nada contra, compreendia o sentido, mas não estava bem claro o documento trazido.

(02:53:39 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, respondeu ao Deputado Marco Binhão, que cabia a cada deputado fazer as devidas comparações. Podia gostar ou não do documento, podia estar de acordo ou não com o que está no documento, mas não podia falar de falta de transparência. Fundamentou.

(02:55:22 do vídeo)

O Vereador Rui Pereira, “Senhor Deputado... fico mesmo a pensar o que quis dizer com isso da falta de transparência. Sabe porquê? Porque falta de transparência, se calhar... não vou entrar por aí, e não o é, e não o estou a levantar..., e o Senhor Deputado podia ter levantado se calhar... era quando os estatutos na altura, por exemplo a nível dos recursos humanos diziam “veja-se o regulamento dos recursos humanos”, mas ao mesmo tempo não havia regulamento de recursos humanos. Lamento, e agora não, temos tudo aqui, está tudo preparado! Obrigado, Senhor Deputado!”, disse.

(02:56:20 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.10 foi:

Aprovado por maioria com votos do PS (19), da CDU (7), do CH (1) e do BE (1), e abstenção do PSD (2) - Deliberação N.º 98-2024

(02:56:46 do vídeo)

Foi efetuada a leitura da Ata em Minuta, inserta na Ata como **anexo XXVII**.

Os trabalhos foram encerrados pelas vinte e três horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.



Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Auditório Manuel Cabanas, sito na Urbanização do Palácio de Coimbra, Rua da Bandeira, 2830-330 no Barreiro, continuou a Sessão Ordinária de dezembro.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, e pelos Vereadores Sara Ferreira, Ricardo Teixeira, Rui Pereira, Rafael Plowden, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro e Maria Arlete da Cruz.

(11:46 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, deu conhecimento dos pedidos de substituição e suspensão, conforme quadro infra:

Pedidos de substituição Assembleia Municipal
Rui Faria substituído por Nuno Soares
Pedro Almeida substituído por Gonçalo Vilhena
Antínia de Moraes substituída por Luís Cerqueira
André Brás dos Santos substituído por António Viegas
Joaquim Sousa Marques substituído por Elisabete Rocha
Joana Fonseca substituída por Luís Canhoto
Ana Teresa Xavier substituída por Sílvia Ratão
Susana Ramalho substituída por José Martins
Carlos Moreira substituído por Ana Inácio
Filomena Vitorino substituída por José Carlos Marques
Pedidos de suspensão Assembleia Municipal
Dulce Reis substituída por Nuno Nogueira
David Rodrigues substituído por Maria do Céu Costa
Vítor Castro Nunes substituído por Joana Medeira
Pedidos de suspensão Câmara Municipal
Carlos Humberto substituído por Ricardo Teixeira
Pedidos de substituição Câmara Municipal
António Amaral substituído por Rafael Plowden

Estiveram presentes trinta e um deputados, conforme lista de presenças inserta na Ata como **anexo XXVIII**.

Na Mesa estiveram presentes as Deputadas Filipa Pinto e Marta Batista, na qualidade de respetivamente, de Primeira e Segunda Secretária.

3.7 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2025;

(13:28 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, anunciou o Orçamento como o maior de sempre da Autarquia, num montante global de cerca de cento e dezanove milhões de euros, apresentando um crescimento de oito por cento, em relação ao de dois mil e vinte e quatro. Fora elaborado com base em todas as regras de equilíbrio orçamental, e grande parte da sua ação, assentava na concretização dos projetos financiados pelos fundos europeus. A componente Receita incluía cerca de dezoito milhões de euros referentes a verbas de candidaturas, bem como verbas referentes a empréstimos contratualizados no âmbito das mesmas. O cálculo das receitas de impostos e taxas, fora feito com base na média dos vinte e quatro meses, à exceção do IMT, que contemplava para além da média, o cálculo das novas urbanizações em fase final de construção. A previsão da Despesa Corrente no valor de sessenta milhões, tinha um aumento de seis por cento em relação ao ano anterior, e incluía gastos com pessoal no valor de vinte e oito por cento para salvaguardar os aumentos salariais e as progressões nas carreiras. Ascendia a quarenta e dois milhões a Despesa de Capital, que dizia respeito à aquisição de Bens de Capital. Para além deste forte investimento em Bens de Capital, o Orçamento continuava a refletir



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forte aposta na higiene urbana, no apoio ao desporto e ao associativismo, na cultura, na educação, na ação social e habitação.

(17:28 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, pediu melhor informação sobre o valor do capítulo da descentralização de competências, sobre o investimento de continuidade no turismo e sobre a discrepância do valor do IMI, que encontrara referido com aumento e com diminuição, em dois locais distintos do documento.

(20:14 do vídeo)

O Deputado André Carmo, fez a sua intervenção conforme consta no **anexo XXIX**.

(26:18 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, comentou que de facto era um Orçamento de continuidade das políticas já conhecidas do PS, portanto não era exetável haver alterações. Comentou também o facto de não ter havido mexida na bandeira do IMI, e o valor substancial do IMT. Perguntou o que o Executivo pretendia fazer para alterar a lógica dos défices relativos às transferências de competências. Apontou a existência de precariedade nos lugares ocupados no Mapa de Pessoal pelos assistentes operacionais, e fundamentou.

(30:30 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, disse que o Partido Socialista tinha muito orgulho no aumento em mais de um milhão de euros em comparação com Orçamento anterior, das rubricas da educação, da cultura, da juventude, da habitação, da intervenção social. Se isso não era fazer política de esquerda e investir na qualidade de vida do Barreiro e dos barreirenses, então não sabia o que isso era. Referiu-se à situação do parque escolar atual e à do anterior e ao valor das refeições escolares. “Em dois mil e dezassete tínhamos quarenta e seis assistentes operacionais com vínculo precário. Foi assumido por este Executivo Municipal resolver essa situação, e nesse sentido temos todas as assistentes operacionais das escolas com vínculo à função pública, coisa que não existia. Portanto “bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz, quem praticava a precariedade no Executivo Municipal era a CDU, não era o Executivo do PS.”, acrescentou. Pronunciou-se sobre os assistentes operacionais, sobre os valores das rubricas de intervenção social, habitação, educação, cultura e juventude. Concluiu que quem o considerara como um Orçamento de direita, em que não eram considerados os trabalhadores nem a escola pública, e só se tinha atenção para os interesses imobiliários, era quem não via o esforço que vinha sendo feito pelo Executivo, era quem não olhava para o Barreiro, não olhava para os barreirenses, nem para aquilo que se conseguira evoluir entre dois mil e dezassete e dois mil e vinte e quatro.

(34:45 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, pediu esclarecimento sobre o facto de em outubro de dois mil e vinte e três, ao questionar se o dinheiro que estava a ser transferido pelo Governo e investido na educação era suficiente, ter sido respondido que sim e que não havia défice (constava em ata), quando afinal só na área da educação, a transferência de competências custara meio milhão de euros.

(36:03 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, respondeu que o Executivo optara de assumida e clara, retirar do Orçamento Municipal meio milhão de euros, para que as escolas do Concelho tivessem um número de assistentes operacionais que permitisse assegurar um bom funcionamento em situações de baixas. Optara também por dar às crianças um nível de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

refeições adequado às suas necessidades e ao patamar de qualidade exigido, o investimento fora iniciado em dois mil e dezassete e iria continuar a ser feito.

(37:37 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, voltou a pedir que a Vereadora Sara Ferreira esclarecesse o facto de em outubro de dois mil e vinte e três, ter dito que não havia qualquer investimento por parte da Câmara em relação ao dinheiro que vinha do Governo, e agora aparecia um custo de meio milhão de euros, na transferência ao nível da educação.

(38:36 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, voltou a referir que face ao número de situações de baixa que se verificavam recorrentemente, o Município entendera reforçar o quadro das escolas com mais trinta assistentes operacionais, e esse custo não era ressarcido. O mesmo acontecia com o diferencial de valor das refeições escolares, que o Executivo decidira aumentar.

(41:58 do vídeo)

A Deputada Sílvia Ratão, comentou que o Orçamento era claramente uma opção de continuidade da visão que o Partido Socialista vinha tendo para o Barreiro, e não eram as opções do PSD. Pediu à Vereadora Sara Ferreira que esclarecesse em quê e para quê, iriam ser usados os valores afetados, e que fosse mais específica em relação aos projetos.

(43:56 do vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, considerou como importantes as intervenções contrárias às posições do Partido Socialista e à da Câmara. Era assim que se fazia política, mas havia coisas que tinham ultrapassado os limites. Dirigiu-se ao Deputado André Carmo, lembrou que era aos cidadãos que cabia dizer o que queriam, lembrou que a CDU sofrera uma derrota estrondosa, e como minoria cada vez mais pequena, deveria fazer uma reflexão profunda. Fundamentou. Ao Deputado Francisco Alves lembrou que deveria haver mais coerência ao falar da questão da contratação de trabalhadores, pois o Bloco já tinha feito despedimentos. Referiu que se tratava do quarto Orçamento apresentado pelo Executivo, espelhava a sua política e no fim seria julgado por isso. A Vereadora já referira que cumpria todas as regras nomeadamente em relação às receitas, impostos e taxas. Lamentou que não houvesse uma componente de Orçamento Participativo e lançou o desafio de o considerar no futuro. Pronunciou-se sobre os valores do IMT, da Derrama, das Transferências Correntes, das Transferências de Competências, de Bens e Serviços, das Transferências de Capital, das Despesas de Pessoal e das Transferências Correntes. Destacou várias verbas das rubricas das Grandes Opções do Plano. Pediu informação sobre a quebra dos custos da rubrica da eletricidade. Na perspetiva do Partido Socialista, o Orçamento apostava na melhoria da qualidade de vida do Barreiro e dos barreirenses, era realista e tinha o respetivo financiamento, apresentava contas equilibradas e teria a sua concordância.

(01:01:46 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, em relação às GOP perguntou o que estava incluído na rubrica do reforço da participação democrática, e onde iria ser feito esse investimento, deixando como sugestão que pudesse ser usado na antecipação do pagamento das senhas aos membros das Mesas Eleitorais. Não sendo uma despesa efetiva, seria justo e faria toda a diferença, atenta a demora que é habitual no seu reembolso.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(01:03:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal subscrevia a preocupação da Deputada Joana Medeira, mas do conhecimento que tinha a solução adiantada não era legal e explicou.

(01:04:52 do vídeo)

O Deputado André Carmo, referiu que no documento não encontrara nada em relação a uma Saudação que a CDU fizera aprovar em fevereiro de dois mil e vinte e três, onde se sugeria a criação de um Plano Local de Combate ao Racismo e à Discriminação. Havendo forças políticas que oportunisticamente, procuravam capitalizar cada vez mais o descontentamento junto das minorias étnicas e dos imigrantes, a matéria era ainda mais relevante, pelo que era bom que existisse alguma disponibilidade orçamental para fazer cumprir algo neste domínio no Barreiro, sob sérios riscos de que essas forças capitalizassem ainda mais descontentamento.

(01:08:36 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, pediu informação mais aprofundada sobre os empréstimos a médio e longo prazo, nomeadamente os que provinham de mandatos anteriores. Registou que, enquanto o Bloco de Esquerda estivesse na Assembleia Municipal iriam continuar a ouvir falar sobre a precariedade na Câmara e nos TCB. Não iria responder ao Deputado Isidro Heitor, pois era uma questão de gestão interna do BE, mas parecia-lhe estar a haver um fetiche, pois o Presidente da Câmara também já se referira a um seu Vereador Eleito pelo Bloco de Esquerda, numa Reunião de Câmara.

(01:11:23 do vídeo)

A Vereadora Sara Ferreira, respondeu ao Deputado André Carmo que o Município apresentara uma candidatura no valor de duzentos e nove mil euros, financiada a setenta e cinco por cento para a implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, e que todas as áreas referidas estavam cobertas. Aguardava-se a aprovação da candidatura, para implementar o Plano o mais depressa possível, no Concelho.

(01:12:32 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, respondeu ao Deputado Nuno Chambel, que tal como dissera na apresentação do documento, o IMI era calculado com base da média nos últimos dois meses, a baixa era o reflexo da redução do IMI no ano anterior.

Complementando o que fora dito pela Vereadora Sara Ferreira, referiu que com a descentralização tinham vindo quatrocentos assistentes operacionais e a verba a eles referente, portanto a verba chegava. Em consciência o Executivo tomara a decisão e a responsabilidade de reforçar o quadro com mais trinta assistentes operacionais, cujos encargos perfaziam o meio milhão de euros. Respondeu ao Deputado Isidro Heitor que a quebra dos custos na eletricidade tinha a ver transitados. Disse à Deputada Joana Medeira qual o capítulo onde podia encontrar a discriminação dos valores da rubrica Participação, Democracia e Cidadania, e acrescentou que o montante maior dizia respeito à descentralização para as freguesias. Os empréstimos de médio e longo prazo mencionados no documento, associados aos projetos do PRR não concorriam para as margens de endividamento, os restantes eram referentes a projetos não financiados contratualizados à banca, e esses sim, concorriam para o endividamento. Estavam sujeitos a visto do Tribunal de Contas, portanto não se colocava a questão de haver endividamento excessivo. Sempre que o Deputado Francisco Alves perguntasse sobre o trabalho precário, o Executivo iria negar a sua existência no Município.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(01:17:03 do vídeo)

O Deputado André Carmo, registou ainda sobre a questão do Plano Local de Combate ao Racismo e à Discriminação, que claro que no documento estava inscrito o Plano Local de Imigração, mas eram coisas diferentes, não era preciso ser imigrante para ser vítima de discriminação nem de racismo. A CDU continuava a entender, até tendo em conta a posição manifestada pelo Grupo Municipal do PS, que faria sentido serem congruentes com esta posição, pois eram matérias complementares, não se sobrepunham, ou sobrepunham parcialmente.

(01:17:51 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, ouvira com atenção a explicação da Vereadora em relação à necessidade de investir nos trinta assistentes operacionais, para assegurar uma qualidade mínima às escolas, mas o problema de fundo era que a descentralização não tivera em conta as raízes profundas das necessidades das escolas públicas. Perguntou porque é que o Executivo não exigia e não reclamava que os montantes da descentralização eram insuficientes, para assegurar uma qualidade mínima junto das escolas.

(01:20:52 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, referiu que obviamente era um Orçamento de continuidade, pois estava ligado a projetos do PRR e outros estratégicos, e fundamentou. Mais do que opções ideológicas e de esquerda, eram opções que diziam respeito às pessoas e fundamentou igualmente. Os investimentos não eram alheios a riscos, mas o Orçamento era sobretudo focado na capacidade de execução, focado em atrair investimento para o Concelho e gerar riqueza. Frisou a importância do reforço das verbas para as freguesias e de reforço ao nível dos recursos humanos, da verba da opção gestionária e da progressão nas carreiras. Continha concretização de projetos e de obra, mas também lançava novos projetos para mais obra. Melhor do que a palavra falada era a palavra feita, era ver a obra no terreno e a satisfação das pessoas. Nota transversal a todo o Orçamento era que, enquanto houvesse investimento público e se atraísse investimento privado, iria haver mais investimento em todas as áreas.

(01:29:40 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.7 foi:

Aprovado por maioria com votos do PS (20), abstenção do BE (1) e votos contra da CDU (7), do PSD (2) e do CH (1) - Deliberação N.º 99-2024

(01:30:30 do vídeo)

A Deputada Joana Medeira, procedeu à leitura da declaração de voto contra do Grupo Municipal do PSD, inserto na Ata como **anexo XXX**.

(01:34:00 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, procedeu à leitura da declaração de voto contra do Grupo Municipal do CH, inserto na Ata como **anexo XXXI**.

(01:36:08 do vídeo)

O Deputado Nuno Barata, efetuou a leitura da declaração de voto contra do Grupo Municipal do CDU, inserto na Ata como **anexo XXXII**.

(01:39:25 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, por considerar que a coerência valia mais do que uma mera posição política circunstancial, não iria votar contra o Orçamento em ano de



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eleições, mantendo a abstenção tida desde o início do Mandato. “De qualquer modo estes nunca seriam os Orçamentos que o Bloco apresentaria, mas a maioria é a maioria, e para o ano estaremos cá!”, concluiu.

(01:40:58 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, propôs ao Plenário que dada a natureza dos pontos 3.2, 3.3, 3.4 e 3.13, pudessem ser apreciados em conjunto. Não houve objecção.

Interrompeu os trabalhos para um intervalo.

3.10 TAXA DE IMI A APLICAR NO ANO DE 2024 E A COBRAR EM 2025, E MAJORAÇÕES E MINORAÇÕES;

3.11 PROPOSTA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2025;

3.12 FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2024 A COBRAR NO ANO DE 2025;

3.13 PROCEDIMENTO DE DECLARAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS E FRAÇÕES AUTÓNOMAS CONSIDERADOS DEVOLUTOS, NO ANO DE 2023/24 A COBRAR EM 2025, E PROJETO DE DECLARAÇÃO NO ANO DE 2024/25 A COBRAR EM 2026, PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, AO ABRIGO DO N.º 3 DO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS (CIMI);

(01:53:50 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, como habitual todos os anos eram trazidos ao Órgão Assembleia, para deliberação as propostas referentes a taxas e impostos. Assim, propunha-se manter os valores da Taxa do IMI que fora reduzida no ano anterior, manter o valor da TMDP, e manter a Derrama em um, vírgula quatro, prevendo-se uma redução para as empresas cujo volume de negócios não ultrapassasse os centos e cinquenta mil euros. Informou que no final de outubro a Derrama já tinha uma execução orçamental de noventa e oito vírgula zero nove por cento, o que era um indício de crescimento do lucro das empresas no Concelho. No ponto 3.13 estabeleciam-se as condições e regras a aplicar aos prédios devolutos relativamente ao IMI, tinha um agravamento sobre os imóveis nessas condições, como forma de tentar incentivar a reabilitação dos prédios por parte dos proprietários.

(01:58:10 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, anunciou que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente, no entanto quis sublinhar que a redução do IMI no ano anterior fora importante e significativa e poderia ter sido dado novamente o mesmo sinal. No caso dos devolutos, apesar do número de imóveis ter reduzido a taxa deveria ser agravada, com o intuito de resolver seriamente a questão dos devolutos, e contribuir para a falta de habitação.

(02:00:40 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.2 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1), abstenção do PSD (2) e voto contra do CH (1) - Deliberação N.º 100-2024



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(02:01:13 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.3 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7), do PSD (2) e do BE (1) e abstenção do CH (1) - Deliberação N.º 101-2024

(02:01:30 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.4 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1), abstenção do PSD (2) e voto contra do CH (1) - Deliberação N.º 102-2024

(02:01:52 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.13 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do BE (1), abstenção do PSD (2) e voto contra do CH (1) - Deliberação N.º 103-2024

(02:02:13 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Pinotes Batista, “apenas para dizer que o sentido de voto que adotei nesta matéria, e que penso que todos adotaram, e queria saudar aqui o facto de haver uma esmagadora maioria de deputados que em anos de eleições autárquicas votou pela estabilidade das receitas do Município. A minha declaração de voto vai só num sentido. É sempre tentador estarmos sistematicamente a falar de reduções daquilo que é a coleta, mas a verdade é que não há bom serviço público sem coleta, e portanto, congratulo-me pessoalmente por somar o meu voto a tantos deputados que neste ano, ao contrário do que aconteceu noutros momentos, conseguiram manter uma solidez que é importante para o serviço público que a Câmara Municipal do Barreiro e as juntas de freguesia podem e devem prestar aos munícipes, e portanto julgo que coletivamente prestamos um bom trabalho, mas sobretudo pelo meu voto que responde nesse sentido.”, declarou.

(02:03:12 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, declarou que gostava de ter visto o Executivo dar continuidade à descida do valor do IMI, executada no ano anterior, porque o CHEGA não concordava propriamente com o conceito do imposto. Mantinha integralmente a posição em relação à Derrama, conforme vinha dizendo ao longo do Mandato, não se conseguia investimento privado de alto valor acrescentado sem mostrar bandeiras e a Derrama era uma delas. Não concordando com o IMI, não concordava com os devolutos.

3.8 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA 2025 – SMTCB;

(02:04:42 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, o Orçamento apresentado para dois mil e vinte e cinco, totalizava um montante de dezoito milhões de euros. A distribuição da despesa em termos percentuais era mais ou menos a mesma em relação aos anos anteriores, e descriminou-a. Comentou que os TCB tinham ganho uma candidatura para aquisição de viaturas elétricas, e a respetiva rubrica de investimento já se encontrava aberta. No tempo certo daria pormenores sobre as viaturas, que para além de serem elétricas, iriam ter uma tipologia própria. Referiu-se aos passivos financeiros respeitantes à dívida à Câmara Municipal pelo empréstimo contraído para os atuais sessenta autocarros e respetivo posto de abastecimento. Informou que o total da dívida e dos juros que a Câmara Municipal suportara fora liquidado, os TCB já não pesavam na despesa municipal. Na altura devida e com muito gosto, apresentaria a Prestação de Contas dos TCB, que pela primeira vez iria ter um resultado positivo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(02:08:40 do vídeo)

O Deputado João Pintassilgo, comentou com agrado o facto de a receita conseguida pelos TCB ter permitido pagar a dívida à Câmara, e possibilitar o avanço para mais investimentos. Pediu esclarecimento sobre que novas linhas iriam ser introduzidas, e se os TCB continuavam a ser o meio de transporte mais rápido, atenta a dificuldade de mobilidade no Concelho. Aconselhou que fosse ponderado o investimento em carros elétricos, para avançar com segurança nalguma decisão. A capacitação e formação dos trabalhadores era a forma consciente, e a opção necessária para confirmar a qualidade de serviço prestado, antes do seu ingresso no Quadro. Perguntou o porquê da redução da receita do serviço prestado à Câmara da Moita. Considerou como importante o reforço da atividade de aluguer de viaturas, e o investimento nos meios tecnológicos. Em síntese, o Orçamento apresentado devia ser aprovado e aclamado, face à boa gestão do aumento da capacidade financeira dos TCB, e por ir investir efetivamente na qualidade do serviço prestado, continuando assim com uma imagem forte, para poder vir a almejar outros objetivos como transportador público.

(02:13:58 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, enalteceu o incremento do número de motoristas disponíveis e o aumento da oferta, bem como o acesso a novas formas de pagamento. Pediu informação sobre a tipologia/tecnologia das duas novas viaturas, sobre a diminuição da receita em relação à Câmara da Moita, e em Diversos nas Outras Receitas Correntes. Nas Grandes Opções do Plano pediu informação sobre os valores mencionados para investimento nos autocarros entre dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e nove.

(02:16:22 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, subscreveu as palavras do Deputado João Pintassilgo em relação ao bom serviço prestado pelos TCB, publicamente reconhecido. Manifestou preocupação sobre o valor das horas extraordinárias, cujo aumento na sua perspetiva poderia significar falta de gente nalguns setores. Reiterou a afirmação de que existia precariedade nos trabalhadores contratados a termo, e tendo em conta a falta de motoristas, seria um bom caminho criar condições para enaltecer a relação jurídica dos TCB, melhorar as condições de trabalho e de remuneração das pessoas, e deixar de haver precariedade.

(02:21:15 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, explicou os motivos da redução de receita em relação à Câmara da Moita, e do incremento do valor das horas extraordinárias. Informou que o valor das folgas não gozadas fora pago aos motoristas que manifestaram interesse. Reafirmou que em relação aos contratos de trabalho a prioridade era o serviço público. Mencionou o número de contratados que vinham de dois mil e vinte e quatro, todos já integrados no Quadro, à exceção de um que saíra por iniciativa própria. O concurso para motoristas estava sempre aberto, e havia trinta candidatos em fase de recrutamento, portanto, mesmo com a questão de não haver carreira própria, os TCB continuavam a atrair motoristas.

(02:26:46 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, agradeceu as explicações, percebera a questão das horas extra, mas por se tratar de motoristas, e dada a exigência da função deixou alerta para o problema de segurança com excesso de atividade.

(01:28:16 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, pronunciou-se sobre os quarenta autocarros que iriam ser adquiridos nos anos seguintes, sobre as lagartas e



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as carrinhas de nove lugares, bem como da tipologia de serviço que se pretendia implementar. Não havia nada melhor para os TCB do que serem lucrativos, e se autossustentarem não só na operação, mas também nos investimentos necessários. Pretendia-se, com a aquisição dos novos quarenta viaturas elétricas e com os sessenta a gás, passar a ter uma frota de cem viaturas, robustez financeira e capacidade operacional para ambicionar, em próximo concurso da Carris Metropolitana fazer mais áreas. Lamentou a falta de capacidade de dar melhores condições remuneratórias a todos os trabalhadores que estavam na essência dos resultados apresentados, os vários governos nunca se tinham mostrado disponíveis para repor a injustiça pela não criação da carreira de motorista de passageiros e também de motorista de pesados, onde havia dificuldade de recrutamento. Era ambição fazer os TCB evoluir para uma empresa municipal, dar mais condições remuneratórias mantendo o vínculo à função pública, com mais atratividade para conseguir chegar a mais lugares e poder ir a jogo no próximo quadro contratual daí a três ou quatro anos.

(02:38:30 do vídeo)

Colocado à votação o ponto 3.8 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (20), da CDU (7) e do PSD (2), abstenção do CH (1) e voto contra do BE (1) - Deliberação N.º 104-2024

(01:39:05 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, informou que, através de despacho iria atribuir quatro Medalhas de Bravura e Altruísmo aos Polícias que tinham impedido um suicídio e à forma de acompanhamento dado ao caso. A homenagem iria ocorrer no dia seguinte nas instalações da 5.ª Esquadra, convidou a estarem presentes representantes de todas as forças políticas.

(02:40:46 do vídeo)

Colocada à votação a Ata N. 6-2024, referente à Sessão Ordinária de setembro foi:

Aprovada por unanimidade com os votos do PS (20), da CDU (7), do PSD (2), do CH (1) e do BE (1) - Deliberação N.º 105-2024

Os trabalhos foram encerrados pelas vinte e três horas e quarenta e três minutos do dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por unanimidade, na Reunião realizada no dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Assistente Técnica,

André Alexandre Pinotes Batista

Filomena Neves



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A gravação áudio, encontra-se disponível nos Serviços da Assembleia Municipal do Barreiro e o seu registo de vídeo no canal de YouTube do Município, com marcas temporais em:

10 de dezembro

11 de dezembro

12 de dezembro



